

O PROBLEMA ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA: emprego, desenvolvimento e nação no pensamento da CEPAL (1950-1970)

Ricardo L. C. Amorim¹

01 – Metodologia e História do Pensamento Econômico

Resumo:

O imediato pós-II Guerra Mundial viu nascer a moderna teoria do desenvolvimento. Junto com ela, emergiu um pensamento econômico especificamente latino-americano, a partir da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Criticando as teses neoclássicas, a CEPAL elaborou uma visão da economia mundial (e local) desde os olhos do subcontinente, relacionando conceitos como crescimento, industrialização, desenvolvimento e planejamento. Em meio a eles, o emprego, fruto do crescimento econômico e da industrialização, seria a ferramenta para absorção da população e superação das mazelas sociais latino-americanas. As dificuldades, porém, para superar o subdesenvolvimento exigiam a ação de um Estado forte, presente, legitimado com o selo da vontade nacional e comprometido com o esforço da industrialização. O presente trabalho pretende mostrar o quanto a questão do emprego é fundamental para o objetivo de desenvolvimento, segundo a CEPAL, e chamar a atenção para o fato de que essa teoria trazia implícita a ideia de ‘construção da nação’ como algo necessário ao impulso transformador nos países da América Latina.

Palavras-chave: CEPAL, emprego, industrialização, desenvolvimento e nação.

Abstract:

The immediate post-World War II period saw the birth of modern development theory. Along with it, a specifically Latin American economic thought emerged from the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). Criticizing the neoclassical theses, ECLAC drew up a vision of the world (and local) economy through the eyes of the subcontinent, relating concepts such as growth, industrialization, development and planning. In the midst of these, employment, the fruit of economic growth and industrialization, would be the tool for absorbing the population and overcoming Latin American social ills. The difficulties, however, to overcome underdevelopment required the action of a strong, present State, legitimized with the seal of the national will and committed to the industrialization effort. This paper aims to show how the employment issue is fundamental to the development objective, according to ECLAC, and to draw attention to the fact that this theory brought implicit the idea of "nation building" as something necessary to the transformative drive in Latin American countries.

Keywords: ECLAC, employment, industrialization, development and nation.

Classificações JEL: B29, B59 e O54

1. Introdução

O mundo jamais poderia ser o mesmo depois da II Guerra Mundial. O grau de destruição, as atrocidades e o desespero mostravam que algum concerto efetivo entre as nações se fazia necessário². Uma ordem mais estável e regulada haveria emergir das preocupações com o capitalismo sem rédeas e as feridas ainda abertas. Ao mesmo tempo, a América Latina vivia intensa transformação. A substituição de importações havia colocado alguns países no limiar de uma nova economia, dependente cada vez mais de sua própria demanda e investimento.

É nesse ambiente que nasce a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Seu papel, em 1948, ao ser criada como órgão das Nações Unidas, era estudar as mazelas latino-americanas e propor caminhos viáveis para atenuar as dificuldades econômicas do subcontinente. O interessante foi que, de órgão de pesquisa aplicada e aconselhamento da ONU, a comissão tornou-se, sob a direção de Raúl Prebisch, a mais importante referência do

¹ Professor visitante da UFABC e pesquisador do NEEDDS (UFABC). O autor agradece os comentários de João Rodrigues (Universidade de Coimbra), isentando-o de erros e lacunas que persistam no texto.

² As tentativas anteriores de concerto entre as potências mundiais revelaram-se de pouco valor (Hobsbawm, 1995).

pensamento latino-americano sobre desenvolvimento econômico e mesmo alcançou influenciar, na época, a burocracia dos Estados da região. Sua aposta na necessidade de industrialização para alcançar o desenvolvimento e, muito importante, o papel do emprego nesta trajetória, embalados pela ideia de nação, formavam uma ideologia sedutora aos olhos de governos nacionais, de intelectuais e de jovens economistas atentos às injustiças sociais.

É sobre esse tema que versa o trabalho. Mais especificamente, sobre a forma como o pensamento cepalino clássico (1950-1970) enxergou a questão do emprego dentro do processo de superação do subdesenvolvimento na América Latina, tendo por pano de fundo o comprometimento com a construção da nação. A hipótese afirma que a CEPAL Clássica descortinava uma nítida relação entre emprego, industrialização, desenvolvimento e construção da nação.

Para tratar o tema, o texto está dividido em cinco partes, além desta introdução: uma breve discussão sobre o ambiente quando nasceu a CEPAL; a apresentação da teoria cepalina clássica; destaque às questões do emprego e da nação no pensamento da Comissão; exame da relação entre emprego, desenvolvimento e nação; e, concluindo, os comentários finais.

2. O mundo em transformação

Os escritos da CEPAL no período clássico, entre 1950 e 1970, estando voltados e olhando o mundo a partir da América Latina, conseguiram fazer dos mais importantes: criar e difundir um novo olhar sobre o capitalismo. No caso, o olhar dos países latino-americanos desindustrializados e pobres. Sua fundação, porém, se deu em uma quadra especialmente complexa do ponto de vista mundial.

A crise e a reincidência da guerra no segundo quartil do século XX deixavam ver que a disputa entre os grandes capitais, as instabilidades econômicas e a fragmentação do mundo em blocos opositores precisavam ser alteradas e o mundo reclamava um reordenamento. Simultaneamente, os avanços da União Soviética não consentiam aos Estados Unidos fugir ao seu papel de novo país hegemônico (Hobsbawm, 1995).

Nesse ambiente, a Guerra Fria e os interesses geoeconômicos induziram o país mais rico da América a apoiar a reconstrução de algumas nações afetadas pelo conflito, alterando o fluxo internacional de recursos em direção ao Japão e à Europa (Zamagni, 2011). A guerra também havia ensejado saltos tecnológicos que, se facilitaram a reconstrução das economias, destacadamente oportunizaram a criação de novos produtos e a significativa elevação dos níveis de produtividade (Wee, 1986). Os Estados Unidos, ao somar avanços tecnológicos, intangibilidade do território continental durante o conflito e poder financeiro credor, consolidaram sua liderança econômica e disseminaram seu padrão industrial (Hobsbawm, 1995).

Nos anos após o desastre, os homens que estavam em posição de fazê-lo reformaram o capitalismo, amparados na impressão comum de que, naquele momento, primeiro, os Estados deveriam assumir as rédeas da regulação social e, segundo, as condições para fazê-lo eram evidentes, em função do sucesso alcançado pelo planejamento da economia durante a guerra (Arndt, 1989). Logo, os países desenvolvidos, marcadamente os europeus, passaram a conciliar propriedade privada dos meios de produção, planejamento, gestão democrática da economia e elevação do padrão de vida da população por meio do *Estado de Bem-estar Social* (Mattoso, 1995).

O resultado do período foi alvissareiro. Foram anos de crescimento econômico superior a qualquer momento do passado — exceto para os Estados Unidos — somado a uma taxa de desemprego aberto estacionada em 1,5% na Europa Ocidental nos anos 1960 (Zamagni, 2011). Os trabalhadores, por sua vez, marcadamente os europeus, frente à oferta de bens, crescimento econômico, pleno emprego e força política, conquistaram franca melhoria em sua situação material. Tudo em ambiente de baixa inflação. Eram os ‘Trinta Gloriosos’, uma época excepcional do capitalismo.

As mudanças, porém, não ficaram restritas às tradicionais potências. O resto do mundo também colheu os frutos da época. Por exemplo, exceto por momentos de guerras regionais, não havia fome endêmica e mesmo a oferta de alimentos *per capita* aumentou em quase todas as regiões do globo (Hobsbawm, 1995). As lutas anticoloniais se espalharam e se fortaleceram, fazendo surgir alguns Estados-Nacionais imediatamente importantes, como a Índia e parte da região petrolífera do Oriente Médio. Em importantes países da América Latina, as transformações também foram de grande monta. Aqui, algumas economias transitaram para uma nova dinâmica, baseada na demanda e investimento internos, onde uma classe industrial latino-americana em ascensão surgia sem certeza de seu papel e carente de uma ideologia que representasse sua visão de mundo e seus interesses (Bielschowsky, 2000). Ao mesmo tempo, a rápida migração campocidade, na ausência de reforma agrária, inchava sobremaneira as urbes sem que a oferta de emprego crescesse na mesma velocidade. Desse modo, as economias que se transformavam a taxas não desprezíveis eram incapazes de reduzir a pobreza (CEPAL, 1970).

Foi nesse ambiente que ganharam relevo as ideias da CEPAL: um mundo em reestruturação que ainda olhava com medo seu passado recente; em que Estados percebiam a necessidade de intervir no funcionamento da sociedade capitalista a fim não só de evitar tragédias, mas também de sobreviver soberanamente; com trabalhadores dos países ricos que se organizavam e conquistavam direitos. Ao mesmo tempo, em uma América Latina que crescia economicamente e se tornava mais e mais consciente da sua vulnerabilidade externa e das grandes diferenças internacionais. Países donos de uma indústria nova, mas já crescentemente responsável pela dinâmica de suas economias. De uma burguesia constituída, porém, sem respaldo teórico e ideológico para seus interesses e com ligações com (ou mesmo sócia da) oligarquia rural, contra a qual nunca se insurgiu ou rompeu.

Nesse cenário, o nascimento das teses cepalinas constituiu um capítulo da alvorecer da moderna teoria do desenvolvimento (Amorim, 2018). O debate, contudo, não foi pacífico. Na verdade, foi especialmente duro, travado em meio a uma avalanche de estudos sobre o tema, muitos curiosamente financiados pelo governo estadunidense (Furtado, 1985).

3. O capitalismo visto a partir da América Latina: a CEPAL dos anos 1950 e 1960

As ideias da CEPAL, portanto, não cresceram no vazio³. Alimentadas pelas transformações por que passava a América Latina e o resto do mundo, a visão cepalina veio a público em 1949 através do provocador ‘Manifesto dos Periféricos’ (Prebisch, 1949). Um texto de enorme impacto seguido, já no ano seguinte, pelo mais importante documento dessa fase: o ‘Estudio de 49’ (Prebisch, 1951). Juntos, esses dois estudos trouxeram não só hipóteses desconcertantes sobre a dinâmica econômica regional, mas, sobretudo, conceitos inovadores capazes de derivar em especulações, pesquisas e recomendações de política econômica diferentes daquelas propostas pela teoria neoclássica para toda a região.

Ao final da década de 1950, todavia, parte importante das teses da CEPAL precisou ser ajustada, pois a economia do subcontinente já se apresentava sob outro aspecto. Alguns países⁴ conseguiram avançar no processo de industrialização, mas sem alterar significativamente seus problemas sociais. Foi novamente Prebisch quem inaugurou, na CEPAL, em *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*, de 1963, as discussões em torno do modelo de industrialização perseguido e a impossibilidade de avançar sem melhor distribuição da riqueza. São essas duas décadas de reflexão econômica que, juntas, constituem, aqui, a CEPAL Clássica.

3.1. A CEPAL dos anos 1950: industrializar

A nova indústria e as transformações decorrentes por que passavam países importantes da América Latina eram reações frente às crises da primeira metade do século XX. Até então, as

³ É bem observado por Fonseca (1998) que parte importante das ideias da CEPAL já circulavam na América Latina e entre os economistas heterodoxos da época.

⁴ Brasil, Argentina, Chile e México são os mais importantes.

economias da região fizeram da produção especializada em bens primários a mola principal do seu dinamismo econômico ‘voltado para fora’ (Prebisch, 1949). Com isso, os latino-americanos permitiam fluir todo o progresso técnico para o setor exportador, deixando o restante das atividades relegadas à condição de baixa produtividade (Rodríguez, 1981). Diferentemente, os países industrializados, desde o século XIX, ocuparam o papel de vanguarda na indústria, dominando os rendimentos crescentes de escala do setor e se tornando produtores e exportadores de diversificados bens manufaturados. A consequência parecia inevitável.

Quando alguns países da América Latina iniciaram seu processo de industrialização, ainda no segundo quarto do século passado, as nações ricas já usufruíam de enormes plantas fabris, tecnologia avançada, elevada produtividade, alta relação capital-trabalho e estrutura produtiva relativamente integrada. O resultado somava níveis de investimento elevados, renda *per capita* alta e poupança compatível que acompanhava as necessidades de volumosos capitais (Prebisch, 1951). Mais do que isso, a estrutura produtiva integrada dos países industrializados permitia que sua demanda, exceto de matérias-primas e alguns alimentos, incidisse sobre sua própria indústria nacional. Já a especialização primária da América Latina obrigava que novos investimentos (exceto em novas terras) e mesmo o consumo buscassem suprir suas necessidades no exterior, desviando parte significativa dos impulsos econômicos para fora (Furtado, 2000). Em outras palavras, ao iniciar sua industrialização, os países da América Latina se depararam com um capitalismo internacional que estava muito longe da fase concorrencial e sua nova dinâmica obedecia a lutas monopolistas e padrões tecnológicos que impediam a simples cópia ou compra de tecnologia a partir de poucos recursos.

Se a ‘Teoria do Comércio Internacional’⁵ não via problemas nesse arranjo histórico, Raúl Prebisch e seus colaboradores discordavam. O equívoco, segundo eles, estaria no fato de aquela teoria ser estática e ‘fotografar’ apenas dois pontos diferentes de equilíbrio (Rodríguez, 2009). Isso, dentro de processos de desenvolvimento, cheios de perturbações, onde o tempo é relevante, tornava o método pouco crível. Para Prebisch (1949), a teoria neoclássica das vantagens comparativas trazia implícito algo negado pela realidade: a difusão dos frutos do progresso técnico. Este, ao não se irradiar, explicaria as diferenças de renda e capitalização entre os povos.

Partindo dessa perspectiva sobre o funcionamento da economia mundial, Prebisch definiu o par de conceitos mais importante do pensamento da instituição nos anos 1950 e 1960: o binômio centro e periferia. Para os cepalinos da época a periferia seria marcada por (Rodríguez, 1981): a) especialização na produção de bens primários ou de baixo valor agregado; e b) heterogeneidade ou a convivência de processos produtivos modernos e arcaicos dentro do território, com o segundo abrigando a maior parcela da população ocupada⁶. Já o centro, ao contrário, produziria bens industriais diversificados, exportando-os em parte, e a integração de sua estrutura produtiva induzia a elevada homogeneidade entre os diversos setores.

Os conceitos evidenciavam a especificidade histórica dos países considerados periféricos, marcada, desde o início, por sua inserção particular na divisão internacional do trabalho (Bielschowsky, 2000). Em outras palavras, a diferenciação feita pela CEPAL Clássica permitia perceber que a divisão internacional do trabalho produzia um desenvolvimento desigual e combinado, indicando que os dois grupos de economias tinham estreita troca entre si e foram se formando em permanente relação, não havendo, portanto, atraso ou estágio pretérito de desenvolvimento (Prebisch, 1949). O que se tinha, então, era a América Latina especializada na produção de bens primários (ou de baixo valor agregado) para exportação, de onde retirava seu dinamismo econômico. Somado a esse setor, havia outro voltado para subsistência:

⁵ Baseada na *hipótese das vantagens comparativas* e legitimando a divisão internacional do trabalho constituída, a ‘Teoria do Comércio Internacional’ trazia implícito que a difusão dos frutos do progresso técnico se realizaria através do livre comércio entre as nações, permitindo que a concorrência e o uso eficaz da mão de obra e do capital aplicados à produção levassem “(...) a igualar o preço dos fatores e será em alguma medida um substituto para o movimento dos fatores” (Merhav, 1987, p. 177). Para Prebisch e os cepalinos, todavia, tal hipótese não correspondia às experiências históricas dos países latino-americanos.

⁶ Essa é basicamente a definição de heterogeneidade estrutural, como descrita por Pinto (1965).

tecnologicamente arcaico, abrigando a maior parte da mão de obra e incapaz de sustentar e manter trabalhando o número elevado de pessoas que ingressavam à idade adulta.

Superar esta condição significava, aos cepalinos, desenvolver, melhorando as condições de vida da população através da ocupação da mão de obra em setores dinâmicos das economias⁷. Ou seja,

(...) o problema econômico fundamental da América Latina consiste em aumentar a renda per capita por meio de um incremento da produtividade, uma vez que a elevação do nível de vida das massas mediante uma redistribuição de renda tem alcance muito limitado. (Prebisch, 1951, p. 16)

Mas, para elevar a renda *per capita* através do aumento da produtividade do trabalhador seria necessário dotá-lo de maior capital, o que demandaria recursos e divisas para a compra de máquinas e equipamentos quase sempre importados. A posição ocupada por uma economia periférica na divisão internacional do trabalho⁸, porém, resultava desfavorável na dinâmica comercial, pois sua vulnerabilidade aos ciclos das economias centrais, seu papel de produtor de matérias primas e o excesso de mão de obra, acarretavam a diminuição relativa dos preços primários em relação aos dos manufaturados, constituindo a interessante, mas também criticada, tendência à deterioração dos termos de troca (Rodríguez, 2009)⁹.

Mais ainda. Não possuindo indústria significativa, muito menos uma estrutura produtiva integrada, uma economia periférica era obrigada a importar a maior parte dos bens que fugia à subsistência, estabelecendo um elevado coeficiente de importação (Prebisch, 1951). Assim, se se introduzissem melhorias técnicas na agricultura dos países periféricos, seriam alcançados aumentos de produtividade por trabalhador e haveria, portanto, melhoria da renda do país. A provável absorção da mão de obra excedente, em razão do aumento da renda, na melhor das hipóteses, representaria aumento da produção que se somaria ao ganho anterior. Como visto, porém, os países periféricos possuiriam alto coeficiente de importação e esse aumento de renda faria crescer as compras no exterior. Ao mesmo tempo, as exportações encontrariam um centro pouco disposto a elevar as compras de bens primários, marcadamente os agrícolas. Resultado: o investimento na produção de primários para exportação, na verdade, pressionaria o Balanço de Pagamentos, pois elevaria as importações e o aumento da oferta de bens primários conduziria à formação de estoques que, somados ao excedente de mão de obra, redundaria no processo de deterioração dos termos de troca. Consequentemente, o avanço técnico alcançado pela periferia na produção de produtos primários para exportação seria absorvido pelos países centrais na forma inevitável de preços menores, reforçando a concentração da renda em nível mundial¹⁰.

O quadro desenhado é de uma armadilha, pois o processo de crescimento em um país latino-americano induziria naturalmente ao desequilíbrio do Balanço de Pagamentos. A armadilha consistia na necessidade de conter tal desequilíbrio, causando forte recessão nessa economia periférica nos momentos de crise internacional (declínio do ciclo) e ainda crescer mais lentamente que os países centrais nos bons momentos.

⁷ Setor dinâmico é definido como aquele cujo crescimento gera impulsos capazes de levar a economia, como um todo, ao crescimento, assim como a melhora de sua produtividade. Para a CEPAL Clássica indica indústria e atividades correlatas.

⁸ Não custa reforçar que a periferia se caracterizava pela especialização na produção de bens primários e, portanto, elevado coeficiente de exportação e importação, tornando-se vulnerável aos ciclos nos países centrais, donos de estruturas produtivas integradas e muito menos sensíveis aos estímulos externos.

⁹ A versão ciclos é, provavelmente, a melhor explicação para a tese. Segundo ela, na fase ascendente do ciclo, quando se ampliam as trocas, o funcionamento das economias centrais demandaria maiores quantidades de tudo, elevando os preços em geral. Especificamente no centro, os salários subiriam, assim como os preços industriais, já que a procura excederia a oferta. Já na fase descendente, porém, o quadro inverter-se-ia, mas, no centro, os trabalhadores organizados resistiriam a queda dos salários, impedindo a redução maior dos preços industriais apesar do surgimento de estoques indesejados. Deste modo, acumular-se-iam estoques em toda a cadeia até que a pressão se exercesse sobre a produção primária. Quanto maior os estoques, maior a pressão. O resultado seria a queda nos preços dos bens exportados pela periferia, consolidado através da queda nos salários dos trabalhadores desses países, posto possuírem menor organização e haver excesso na oferta de mão de obra.

¹⁰ O problema é, na verdade, mais grave. A indústria, concentrada nos países centrais, possuía uma dinâmica competitiva que estimularia os capitais ao investimento e aos ganhos de produtividade. Já as economias periféricas cresceriam, não em razão de ganhos tecnológicos e de produtividade, mas pela ocupação de recursos naturais em larga escala (Furtado, 2000). O efeito seria, então, a tendência histórica de concentração da renda em nível mundial (Rodríguez, 1981).

A saída era tentar reduzir o coeficiente de importação para poder crescer. Isso significava (...) mudança no padrão de crescimento da periferia que, em vez de apoiar-se na expansão das exportações, passa a um novo modelo baseado na implantação e ampliação de um setor industrial que se destina ao mercado interno. (Rodríguez, 1981, p. 71)

Isto é, realizar um intencional processo de substituição de importações, transformando a estrutura produtiva, com consequências sobre a absorção de mão de obra excedente e inevitáveis mudanças institucionais (Amorim, 2018). A industrialização surgia, então, como uma necessidade apontada e reiterado pela escola, dirigida por Prebisch (Bianchi & Salviano, 1996)¹¹.

Fica claro, portanto, que os cepalinos acreditavam que o emprego dependia da acelerada disseminação da indústria e que a produção de bens primários não era uma porta para o desenvolvimento. Só o aumento da quantidade de capital na economia poderia ampliar a absorção da mão de obra excedente, terminando por resolver o problema central: elevar a renda *per capita* através do aumento da produtividade, alteando a relação capital-trabalho¹².

Consequentemente, em um país periférico, este era o único caminho capaz de gerar empregos mais produtivos sem conduzir a armadilha do Balanço de Pagamentos¹³. Mas como industrializar países com problemas tão complexos que os fazia tender ao subdesenvolvimento? Começa, aqui, na visão da CEPAL Clássica, surgido de maneira um tanto *ad hoc*, o papel do Estado. Um papel que, embora se materializasse em proposições de políticas, teria importância muito maior, pois assumiria o selo de resumo da vontade nacional na busca coletiva da construção da Nação (Mello, 1998). Pressupondo que o objetivo do país seja se desenvolver e seguindo o espírito da época, caberia, então, ao Estado racionalizar, direcionar e incentivar atividades no sentido da industrialização: planejando a aplicação dos recursos cambiais, incentivando indústrias e tecnologias compatíveis com o quadro demográfico e financeiro, protegendo a indústria local, subvencionado a agricultura, estimulando o aproveitamento de plantas através da integração regional, etc.

3.2. A CEPAL dos anos 1960: desobstruir a industrialização

Pouco mais de uma década depois do lançamento dos dois estudos seminais de Prebisch, no apagar das luzes dos anos 1940, a América Latina havia se transformado e negado a tese de redução da pobreza a partir do desenvolvimento industrial do subcontinente. No início dos anos 1960, a indústria não era mais um sonho e o movimento de expansão de empresas estrangeiras levou muitas delas a fixar plantas nos mais importantes países latino-americanos.

As metamorfoses no quadro produtivo frente ao pequeno avanço social não tardaram a gerar críticas às hipóteses de Prebisch e seus colaboradores. Segundo Bielschowsky (2000), foram basicamente três os fenômenos que levaram a questionar o que pensava a CEPAL: a) apesar do crescimento econômico do subcontinente, a região se viu em condições de crescente instabilidade macroeconômica, em boa medida causada pela restrição às importações; b) a industrialização seguia, mas a urbanização criava empobrecimento e favelização crescente nas cidades; e c) a Revolução Cubana e a polarização do mundo com a Guerra Fria.

Apesar das críticas, a instituição manteve sua influência e se tornou um fórum crítico ao modelo de industrialização em curso. Os principais problemas se assentavam na incapacidade da industrialização incorporar a maioria da população aos frutos do progresso técnico. O aprendizado em relação à dinâmica do emprego indicava que os avanços dependiam, sim, da industrialização, mas também de mudanças na estrutura social, redistribuição de renda e reforma

¹¹ Bianchi e Salviano (1996) analisam o ‘Estudo de 49’ do ponto de vista da retórica utilizada por Prebisch. A conclusão, que em nada diminui a qualidade das ideias contidas no texto, é que o autor usou recorrentemente técnicas retóricas para convencer a plateia a quem o estudo se destinava. Ou seja, mais que um texto ‘acadêmico’, tratava-se também de uma peça política.

¹² Trata-se de uma tese semelhante à de Kalecki. Para este, “(...) o problema crucial que os países subdesenvolvidos enfrentam é aumentar consideravelmente o investimento, não para gerar demanda efetiva (...), mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável ao rápido crescimento da renda nacional.”(Kalecki, 1987, p. 25)

¹³ Seguindo as teses da CEPAL, todavia, para industrializar-se ainda era preciso importar máquinas e equipamentos e, portanto, eram necessárias divisas. À vista disso, a contribuição da agricultura de exportação continuava fundamental, mas, agora, para acelerar o ritmo da transformação produtiva em direção à indústria (Prebisch, 1951).

agrária (Prebisch, 1964). Além disso, outro problema foi relacionado: a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa, mas tão-só mudado sua forma.

Coube a Prebisch, novamente, iniciar a reflexão crítica com *Hacia una Dinâmica del Desarrollo Latinoamericano*, em 1963. A partir da renovada abordagem, os estudos e debates produziram arrojados conceitos, como o de heterogeneidade estrutural, proposto por Aníbal Pinto, que permitiram mostrar que os frutos do progresso técnico se concentravam individual, setorial e regionalmente, reproduzindo os mesmos problemas do tempo agroexportador, apenas alterando sua roupagem. O resultado é que o subdesenvolvimento, sem uma intervenção, tendia a perpetuar-se, apesar do crescimento econômico e mesmo industrial.

A crítica desenvolvida pela própria CEPAL observava que a industrialização havia superado a situação de quase enclave, vivido à época primário exportadora, e alçado algumas economias nacionais a certo grau de autonomia interna, isto é, crescimento a partir de suas próprias forças. Isso, contudo, não significou uma maior irradiação dos frutos do avanço econômico junto às atividades e áreas “atrasadas”. De outro modo, o modelo industrial implicou uma transformação parcial, determinada pelo alcance do progresso técnico no setor fabril e nas atividades complementares, deixando grande parte do corpo econômico à margem das transformações (Pinto, 1965). O efeito homogeneizador esperado não aconteceu.

Para Aníbal Pinto (1970), isso se deveu à: a) dinâmica de desenvolvimento que estava longe de consolidar-se ou acelerar-se; b) mudança apenas na forma das relações entre centro e periferia, ainda mantendo a segunda em posição subordinada (endividamento, dependência tecnológica, ‘estrangeirização’ de atividades básicas); e c) parcela elevada da população que ficou fora do polo dinâmico da economia, repondo a desigualdade social, setorial e regional.

Essa motivação tripla implicava em concentração e em uma estrutura social que obstaculizava o desenvolvimento. Afinal, ao caracterizar-se pelo privilégio na distribuição da riqueza, o sistema econômico dos países latino-americanos entorpeceria a mobilidade social e o surgimento de indivíduos empreendedores (Prebisch, 1964)¹⁴, pois desincentivava a utilização máxima e eficiente do capital e, importante, estimulava o consumo conspícuo pelas camadas de maior renda. O corolário só poderia ser o baixo estímulo à acumulação e à inovação, tornando claro que a mudança nas estruturas econômicas que permitissem o desenvolvimento requeria, também, a transformação na estrutura social.

Naturalmente, os cepalinos tinham consciência de que distribuir renda simplesmente não resolveria, posto que as disparidades surgissem do próprio funcionamento vicioso da economia (Prebisch, 1964). Na verdade, segundo o novo olhar da CEPAL, as raízes históricas dos problemas de concentração estavam em questões que o subcontinente ainda não havia resolvido: a destruição do privilégio da terra à que, depois, se agregou a proteção excessiva contra a concorrência no comércio internacional.

A estrutura de posse da terra, por exemplo, era perniciosa, segundo a CEPAL, porque latifúndios e pequenas propriedades concorriam para expulsão de mão de obra do campo. Nas grandes propriedades, as enormes quantidades de terra dificultavam sua plena utilização em razão do volume de capital necessário. Além disso, tendiam a mecanizar as tarefas agrícolas, absorvendo pouca mão de obra. Já os minifúndios careciam de capacidade de acumulação e de modificação de técnicas de cultivo, tornando difícil aumentar a produtividade da terra e da força de trabalho. Com isso, o campo não conseguia reter a população que nele trabalhava (Rodríguez, 1981)¹⁵.

Via-se, assim, o nascimento de um excedente de mão de obra que, em não sendo absorvido na agricultura e/ou vivendo em péssimas condições, migrava para as cidades. Essa força de trabalho que se transferia para as urbes se somava aos que lá já constituíam mão de obra

¹⁴ Na verdade, a mobilidade social estava longe de ser insignificante em alguns países da América Latina. O Brasil, por exemplo, experimentou importante redistribuição populacional: houve migração campo-cidade (e todos os seus impactos), investimento em educação e significativo aumento na ocupação industrial.

¹⁵ Mais, as condições de trabalho e vida no campo tornavam os centros urbanos atraentes à população rural pauperizada.

excedente e, por isso, ocupada em serviços que exigiam reduzida qualificação, com baixa remuneração e produtividade. Ou seja, uma grande massa de força de trabalho desempregada ou sob desemprego disfarçado, que formava um mercado de trabalho urbano e flexível, constituído por uma mão de obra desqualificada e pobre.

O modelo de industrialização levado a cabo, na verdade, ajudou a agravar esse quadro. Ao se industrializarem, quando os países centrais já avançavam muito nesse processo, os latino-americanos ostentavam baixa renda, acanhado nível de acumulação de capital e dimensões de mercado incompatíveis com o estado da arte tecnológico. Desse modo, ao copiarem padrões fabris dos países centrais, houve, na América Latina, a sobreposição do complexo industrial moderno sobre o sistema produtivo tradicional, resultando em estruturas produtivas heterogêneas que ensejavam a continuidade da concentração de renda e dos frutos do progresso técnico (Pinto, 1965). O consumo conspícuo, ele também cópia dos países ricos, ao ser atendido por produção local, exigia importar continuamente novas técnicas e máquinas, reforçando a sobreposição entre o moderno e o arcaico. Destarte, produzir bens industriais elaborados na periferia, sem maturação e reorganização dos fatores, inclusive do trabalho, traduziu-se em formas de desperdício, geração de monopólio e custo em empregos. Havia, ali, **inadequação tecnológica**.

Nesse ambiente, a acumulação apresentava problemas: a) no campo, a estrutura de posse da terra permanecia a mesma, impedindo a absorção da população economicamente ativa (Pinto, 1965); b) o setor moderno não possuía dimensão suficiente para transformar as relações de trabalho; c) a tecnologia utilizada era desenvolvida nos centros e economizava mão de obra; d) o impulso econômico gerado pelo investimento era, em grande parte, direcionado para fora, através da importação de bens de capital; e e) tudo sob a proteção excessiva dada a indústria aqui instalada, inclusive a de capital estrangeiro (Prebisch, 1970).

O conjunto, estrutura agrária concentrada e inadequação tecnológica, impunham, desse modo, ao mercado de trabalho, uma tendência estrutural ao desemprego, resultado espontâneo das transformações da industrialização somada à modificação da importância relativa do urbano e do rural (Rodríguez, 1981). O resultado aparecia sob a forma de **insuficiência dinâmica** do desenvolvimento econômico da América Latina (Prebisch, 1964). Como visto, havia dois fenômenos: a migração campo-cidade e a forma precária de absorção dessa população nos centros urbanos. Essa mão de obra excedente, para ser absorvida adequadamente, precisaria ser empregada nos setores dinâmicos, isto é, na indústria ou em atividades correlatas. No entanto, para esses setores cumprirem a função de absorvedores, necessitavam crescer a um ritmo que não era aleatório. Caso não alcançassem esse ritmo mínimo, a população migrante fixava-se em serviços pessoais não qualificados ou executava tarefas supérfluas. Isso definia a insuficiência dinâmica: a incapacidade de a economia fazer os setores modernos crescerem o suficiente, através de investimentos, para que absorvessem a população expulsa das atividades arcaicas e/ou desempregada tecnologicamente. O impacto da insuficiência dinâmica sobre a renda dos trabalhadores era, para os cepalinos, imediato, pois a mão de obra excedente impedia que os salários subissem, acompanhando os ganhos de produtividade. Por isso, agora, a deterioração dos termos de troca seria explicada, em última instância, pela insuficiência dinâmica do crescimento econômico (Prebisch, 1964).

Diante desse desenho, superar o subdesenvolvimento é o mesmo que resolver a questão da insuficiência dinâmica do crescimento latino-americano e, portanto, avançar sobre os obstáculos à industrialização. Ou seja, era preciso superar a distribuição privilegiada da renda, o desestímulo à acumulação de capital, o tamanho acanhado dos mercados, a escassez de divisas, a falta de concorrência, etc. Vencê-los significava criar mercado para as indústrias, isto é, ousar criar um mercado de massas (Pinto, 1965), dinamizando a economia.

Mas como fazer? Nas condições descritas da economia latino-americana dos anos 1960, elevar a taxa de capital por trabalhador só era possível, segundo (Prebisch, 1964), se se comprimisse o consumo das classes superiores, atacando, a uma só vez, e era necessário que

fosse assim, a acumulação e a distribuição. Não se trata de políticas redistributivas típicas, mas, sim, de alteração das condições de fundo que conduzem à desigualdade (Pinto, 1970).

O que faz, então, voltar a pergunta: como fazer? Esse é, mais uma vez, o papel do Estado para a CEPAL Clássica, tanto em função da sua capacidade instrumental, como por resumir, com alguma legitimidade, a vontade nacional. Um Estado que, novamente, surge de maneira *ad hoc* em relação à dinâmica econômica e social descrita. Mais especificamente, para os cepalinos, ao assimilar-se técnicas desenvolvidas nos centros, gerou-se, na periferia, contrastes e disparidades que só podiam ser enfrentados através de políticas de Estado. Sua ação em favor da transformação da estrutura social deveria, portanto, guiar-se pelo objetivo de remover os obstáculos ao desenvolvimento (Prebisch, 1964) e isto consistia em permitir o uso intensivo da terra e do capital, o emprego da mão de obra e desatar a iniciativa individual.

Trata-se, porém, de algo nada simples, posto implicar afrontar os interesses de grupos e enfrentar suas reações, por vezes armadas. E isso, só o Estado poderia fazer. Por outra forma, se, nos anos 1950, a preocupação do Estado era a industrialização, nos 1960, a complexidade do seu envolvimento cresceu: agora, o Estado devia alterar privilégios, direcionar a industrialização e remover barreiras, inclusive no comércio exterior¹⁶.

A agricultura, por sua vez, não poderia ser ignorada. Do setor dependiam as necessárias divisas e a mão de obra nela ocupada. Duas, então, deveriam ser as tarefas do Estado: a) cuidar para que a produção de alimentos e matérias-primas acompanhassem o crescimento da demanda interna e externa; e b) elevar a renda agrícola (Pinto, 1965). Para isso, a reforma agrária surgia como essencial, pois implicava uma mudança estrutural, promovendo a mobilidade social, o uso intensivo da terra e a melhoria das condições de vida da população rural. Também a modernização da agricultura se somava às funções do Estado, tanto por meio de pesquisas quanto de difusão de tecnologias (Prebisch, 1964). De tudo,

(...) conclui-se que a maximização simultânea de emprego e produto, ao longo do processo de desenvolvimento, não seria conquistado [somente] com a incidência sobre a densidade de capital, mas sim a distribuição adequada dos investimentos realizados (...). (Rodríguez, 1981, p. 87)

Ou seja, era preciso um planejamento concebido, articulado e gerenciado pelo Estado, capaz de, atuando sobre forças impessoais e representando o interesse geral da nação, alterar a motivação dos agentes no sentido de atingir o máximo social.

3.3. A nação implícita nas teses cepalinas clássicas

Mas como realizar o esforço do desenvolvimento, fazendo da industrialização o caminho? Para responder à pergunta é preciso destacar que, para a CEPAL Clássica, industrializar as economias da América Latina não era possível sem constituir a nação. A evolução histórica dos países latino-americanos especializou-os como produtores de alimentos e matérias primas simples a serem vendidas ao exterior. Na verdade, aos países dotados de indústrias. Tal especialização levou as economias da América Latina a retirar seu dinamismo dessas exportações e, ao fim e ao cabo, se tornarem prolongamentos das economias industriais, subordinando-se economicamente. Essa condição de subordinação forjou um desigual progresso técnico entre os países industrializados e os latino-americanos que, além de reforçar a especialização, repercutiu na forma de diferenças crescentes nos níveis de produtividade e renda. Em resumo, a subordinação e a pobreza entre os países latino-americanos eram faces da mesma moeda: a situação periférica (Mello, 1998).

Isto posto, era imprescindível superar tal subordinação e isso só seria possível com a constituição da soberania dos países em relação aos comandos e direções estrangeiras, marcadamente, sobre suas economias. De outro modo, na CEPAL, ao enfatizar a relação centro-

¹⁶ No comércio exterior, por exemplo, era preciso incentivar a exportação de bens industrializados. Mais: importava ir além dos mercados já abertos, buscando parceiros entre países socialistas, a formação do mercado comum latino-americano, etc. Enfim, ações que, mais uma vez, exigiam a atuação planejada e coordenada pelo Estado.

periferia, “(...) *toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações (...)*” (Oliveira, 2003, p. 272). A dicotomia entre nação *versus* interesses e dinâmica internacionais era fundante no pensamento cepalino.

Nesse sentido, segundo Mello (1998), a indústria é o momento crucial de constituição da nação, pois marcava o início do ‘desenvolvimento para dentro’, deslocando o centro dinâmico das economias latino-americanas para o mercado interno. Isto é, a substituição da variável exógena (demanda externa) pela variável endógena (investimento) como motor da economia. Isso era tão importante que equivalia ao deslocamento para o interior dos países dos centros de decisão (Furtado, 2000), isto é, dos espaços onde eram definidos o onde, o quanto e o como produzir. Alude-se, conseqüentemente, a reconstrução política nacional, abrangendo ainda o relançamento do sentimento nacional¹⁷. Assim, a construção das bases econômicas da nação e a liquidação da pobreza emergiam como dois aspectos do mesmo processo.

Os problemas enfrentados para realizar a industrialização, contudo, não poderiam ser banalizados. Havia descompasso entre a dimensão e a tecnologia das plantas fabris viáveis, a poupança dos países, a tecnologia importada, a inexistência de mercado de massas e, grave, a fragilidade da indústria local de bens de capital. Tudo frente à concorrência de oligopólios mundiais já instalados, com interesses transnacionais estabelecidos e alianças patentes com elites nacionais (Evans, 1979; Pinto, 1970; Cardoso & Faletto, 2004). Essa especificidade da periferia tornava mandatária a intervenção planejada nos rumos da economia, caso contrário, a dinâmica social reproduziria o subdesenvolvimento. Por isso, para a CEPAL Clássica, esta é uma tarefa para o Estado. E cabe somente a ele porque, na visão cepalina, além dos instrumentos, o Estado personifica a vontade nacional na construção coletiva da nação (Mello, 1998). Em outras palavras, ao pressupor que o objetivo do país, sinônimo de nação para a Comissão, seja se desenvolver, cabe ao Estado romper a reprodução do subdesenvolvimento, planejando, intervindo, coordenando e realizando a industrialização. Nesse sentido, a CEPAL Clássica percebia os países da América Latina como nações onde os problemas do subdesenvolvimento os impediam alcançar seu potencial e o bem-estar para a maioria da população.

É preciso salientar que os economistas da Comissão tinham consciência de que, dadas as desigualdades e a história colonial dos países latino-americanos, o projeto que empunhavam não se restringia a ampliação ou modernização da estrutura produtiva da região (Prebisch, 1981). Essas sociedades não lembravam comunidades imaginárias (Anderson, 2011) onde, apesar das hierarquias e diferenças sociais, se idealizavam camaradagens e solidariedades horizontais capazes de unir pessoas e grupos diferentes sob um território e governo. A realidade era pior. Nesta parte do globo, as distâncias sociais, fossem elas de renda, riqueza, cultura, educação, poder ou oportunidade, dificultavam a identificação da população com a ideia de pertencimento a uma comunidade nacional e, portanto, os territórios sob domínio de um Estado, sua geografia e população, não formavam, como em Max Weber, uma comunidade de sentimentos (Guibernau, 1997)¹⁸. Assim, ao falar em desenvolvimento, os cepalinos, diante do exposto, objetivavam, explícita ou implicitamente, a própria construção da nação nos países da América Latina.

¹⁷ Em termos discursivos, é possível perceber a centralidade da nação quando se observa o campo semântico dos conceitos que emergem da literatura cepalina para a superação do subdesenvolvimento. Falava-se, por exemplo, em deslocamento do centro dinâmico, internalização dos centros de decisão, integração nacional, planejamento, interesse nacional, etc.

¹⁸ Weber afirma que a nação é uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente em um Estado próprio. Assim, “(...) a nacionalidade não é, para Weber, um conceito sociologicamente definido; deve ser determinado não do ponto de vista das qualidades comuns que estabelecem a comunidade nacional, mas apenas a partir do objetivo de um estado independente.” (Guibernau, 1997, p. 42)

4. A relação entre emprego, desenvolvimento e nação¹⁹

A CEPAL Clássica tinha, como visto, enorme interesse na questão do emprego. A necessidade de ampliar a geração de postos de trabalho nos setores de maior produtividade, a fim de reduzir o excedente de mão de obra, colocava essa questão como fulcro do processo de desenvolvimento. Para evidenciar isso é útil retomar rapidamente certos pontos.

Alguns países da América Latina passaram por importantes mudanças na primeira metade do século XX. O funcionamento dessas economias deixava, aos poucos, de depender da demanda do centro por bens primários, para contar mais e mais com os estímulos produzidos pela sua própria dinâmica interna. O processo de substituição de importações era o carro chefe dessa transformação. Em pouco tempo, o desenvolvimento econômico de certos países latino-americanos passou a se voltar para dentro, a partir de investimentos e consumo internos.

Na área rural era diferente. O crescimento da população e a estrutura concentrada da posse fundiária expulsavam contingentes significativos de trabalhadores que passavam a ser “livres” das obrigações da terra, mas, também, dos meios de produção. Um contingente humilde e jovem, marcado pela baixa qualificação e educação formal, sem recursos próprios e que migrava para as cidades. Esse movimento migratório chegava às urbes em busca de emprego e já encontrava uma legião de subempregados. Resumidamente, o que se via era a criação de um mercado de trabalho urbano constituído por uma enorme mão de obra excedente que não encontrava empregos suficientes nas atividades dinâmicas por excelência. Por conseguinte, os trabalhadores se viam obrigados ocupar o que era possível: serviços de baixa qualificação e produtividade. Uma absorção apenas parcial, ditada pela necessidade impostergável da sobrevivência. Era exatamente, segundo a CEPAL, esse mercado de trabalho – em que a mão de obra aceitava qualquer remuneração – que tornava os países periféricos vulneráveis ao rebaixamento dos níveis salariais através dos ciclos econômicos. Um rebaixamento que, associado à exportação especializada de produtos básicos, levava inexoravelmente à deterioração dos termos de troca, dificultando ainda mais a importação dos bens de capital necessários à expansão econômica, marcadamente a industrial.

A decorrente estrutura social latino-americana criava ainda outro problema, aos olhos dos economistas da Comissão. Essa sociedade, ao apresentar renda e propriedade fortemente concentrados, baixa mobilidade e pouco incentivo à acumulação e ao surgimento de empreendedores, engendrava a valorização do consumo conspícuo (Furtado, 1974). Como consequência, dada a reduzida dimensão dos mercados, a indústria local não lograva esgotar as possibilidades de substituição de alguns produtos (antes importados) e já necessitava passar adiante, diversificar-se, fornecer bens tecnologicamente mais avançados e complexos a fim de atender a demanda por bens de consumo diferenciados (CEPAL, 1970). Os latino-americanos não dispunham de tecnologia, máquinas e mão de obra qualificada. Tornava-se, então, economicamente racional importar a linha de produção inteira, posto inexistir um setor produtor de bens de capital significativo. A implicação era clara: pressão sobre o Balanço de Pagamentos e produção baseada em tecnologias desenhadas para pouca mão de obra. Em outras palavras, para a CEPAL, tinha-se à frente abundância de mão de obra, escassez de divisas, mercados reduzidos e inadequação tecnológica.

O setor capitalista moderno, pois, não conseguia induzir a homogeneização. Ao contrário, reconfigurava a heterogeneidade estrutural, alterando sua forma sem diminuí-la. Mudava o local e o formato, deixando de se assentar no campo para se apresentar mais complexa, envolvendo campo e cidade. Se parecia acontecer uma industrialização promissora, isso se devia à urbanização apressada, nascida do crescimento desordenado das cidades e do surgimento de

¹⁹ As questões do emprego e da nação serão tratadas como se a CEPAL fosse um corpo único dentro dos anos 1950 e 1960. O motivo é que as diferenças, nessas duas décadas, parecem emergir da percepção de que havia insuficiência na teoria e, por isso, novos conceitos foram criados ou antigos enfatizados. A matriz, porém, permanece. É possível afirmar até, mas sujeito a controvérsias, que os avanços da década de 1960 já estavam, em parte, implícitos e fragmentados em textos da Comissão.

vagas nos setores dinâmicos (Pinto, 1973), mascarando os efeitos da absorção caótica e limitada da população e retirando do debate a possibilidade de regulação política das desigualdades.

A situação diagnosticada aparece desenhada teoricamente em estudo de 1965 (CEPAL, 1970). Segundo a Comissão, a grande participação do setor de serviços no total de pessoas empregadas está ligada, na periferia, a um rasgo patológico do desenvolvimento. Isto é, não se trata da difusão de progresso técnico entre os setores, mas estava baseada fundamentalmente na incapacidade do setor primário em manter empregado o incremento de sua população e do setor secundário de absorver essa mão de obra sobrando e/ou expulsa. Era a absorção espúria, indicada por Prebisch (1970), e caracterizada principalmente por empregos de baixa qualificação, precários, instáveis e mesmo pessoais que resultavam em baixa renda.

Por consequência, para a CEPAL Clássica, manter a insuficiência dinâmica significava manter a heterogeneidade estrutural e o desemprego disfarçado que obstaculizavam o desenvolvimento e perpetuavam os problemas sociais decorrentes. Ou seja, os cepalinos viam, relacionando emprego, tecnologia e acumulação, uma tendência estrutural ao desemprego, posto que este surgisse como resultado espontâneo das transformações causadas pelo tipo de industrialização adotado e pela alteração do peso relativo dos setores (Pinto, 1965).

Destarte, entendendo a integração por meio do emprego como necessário ao desenvolvimento, o crescimento econômico acelerado passava a ser obrigatório. Mas, e é fundamental perceber isso, não qualquer crescimento. Teria de ser via industrialização. E mais: uma industrialização planejada (eficiente, eficaz e acelerada), capaz de aumentar as oportunidades de emprego e impedir que as atividades se direcionassem para satisfação do consumo conspícuo e imitativo. Logo, crescer e industrializar eram o fundamento econômico para a superação da heterogeneidade, tanto através da absorção do desemprego disfarçado, como pela redução da importância da exportação de bens primários na formação da renda²⁰.

Para realizar o desenvolvimento, no entanto, a CEPAL Clássica falava no imperativo de atitudes e decisões políticas, pois, caso contrário, suas teses previam a continuidade das péssimas condições de vida das massas e o embotamento do sistema econômico por meio da heterogeneidade. Era preciso superar a insuficiência dinâmica e não bastava elevar o valor dos investimentos sobre o PIB. Era imprescindível somar a isso ações que desobstruíssem a industrialização e permitissem a crescente homogeneização da estrutura produtiva. Em outras palavras, é preciso enfatizar, havia uma relação de subordinação: o objetivo era o desenvolvimento; o caminho era a industrialização; e o emprego era o fruto.

Foi diante desse quadro que a CEPAL Clássica erigiu seu discurso e se fez ouvir. Ao defender o desenvolvimento nacional através da industrialização, absorvendo a população excluída dos frutos do progresso, a Comissão construiu uma narrativa de transformação que conduzia à reconfiguração produtiva e institucional dos países, implicando a construção de nação e o almejado ingresso, como coletividades, na modernidade inspirada pelo capitalismo liberal e de bem-estar social figurado nas economias europeias. De outro modo, os cepalinos, conscientes ou não, fizeram uso de ideologia nacional para legitimar a criação de novas sociedades nos países da América Latina.

A complexidade dessa questão, seguramente, não era invisível aos cepalinos. Apesar de sua teoria do subdesenvolvimento dividir o mundo entre países centrais e periféricos e, para os últimos, propor transformações enunciadas como de interesse geral, da nação, os intelectuais da Comissão conheciam os conflitos envolvidos (Prebisch, 1981)²¹. É possível mesmo especular que foi justamente a condição movediça da nação na América Latina, marcadamente no período clássico da Comissão, que ofereceu solo fértil para que uma narrativa de construção da nação (diretamente identificada como país), sob o charmoso aspecto da modernidade produtiva e da

²⁰ Para a Comissão: “(...) [a indústria] tem um papel predominante no desenvolvimento econômico. Daí que o conceito de ‘países industrializados’ se identifique com o de ‘países adiantados’, e que se considere quase equivalentes o ‘processo de industrialização’ e o ‘processo de desenvolvimento econômico’” (CEPAL, 1970, p. 37).

²¹ A questão nacional na América Latina é complexa e a CEPAL Clássica parecia estudar e aprender seu significado com o fim de superar a condição subdesenvolvida. Os novos conceitos dos anos 1960 refletiram esse esforço.

superação da pobreza, se tornasse atraente aos governos, aos intelectuais progressistas, aos setores urbanos de renda média e mesmo aos trabalhadores.

5. Transformar o espaço nacional através do desenvolvimento

A disputa pelo significado de nação na América Latina é tão intensa que aflora nos mais diversos de discursos. Está nas ciências sociais, inclusive na economia, alcança a música e o cinema, mas talvez seja na literatura onde emerge mais rica. A ebulição desse debate aponta para o difuso sentimento de que as diferentes nações do subcontinente não estão prontas ou mesmo constituídas. Como já foi dito, os abismos sociais desafiam o sentimento de pertencimento e, por isso, obrigam a lutas cíclicas, muitas fracassadas, de reconstrução permanente da nação, levando, ao longo da história, ao seu renascimento em imagens, formas, prioridades e dinâmicas²².

Nos anos 1950 e 1960, os intelectuais da CEPAL Clássica, cientes dessa dinâmica, desejaram, naquele momento histórico aparentemente propício, ensinar um novo ciclo de ‘construção das nações’. Seu projeto propunha a reconstrução através do desenvolvimento dos países e fundamentou sua visão na necessidade de soberania e independência para além das formas veladas de subordinação. O cimento social que propuseram, entretanto, fugia ao receituário dos grupos oligárquicos, cujos interesses pouco convergiam com os populares. De outro modo, não eram hinos, heróis, santos ou bandeiras que impulsionavam seus esforços. Seu caminho era a economia política, através da industrialização e conseqüente absorção (esperava-se) da mão de obra excedente – até então ocupada em trabalhos de baixa produtividade e renda – nas atividades modernas que deveriam se disseminar e dominar as economias dos países. A sensação de pertencimento deveria nascer da redução das desigualdades, derivada do empoderamento dos grupos populares em ascensão. Por fim, embora não seja dito, isso deveria levar à troca de elites oligárquicas tradicionais por outras tipicamente capitalistas e modernas, ainda que segundo o padrão dos países do centro.

Os textos da Comissão, entretanto, procuraram se ater às condições, à estrutura e a dinâmica econômicas dos países do subcontinente, evitando incursões em outras ciências sociais. Esta opção (Prebisch, 1981), deu motivo a críticas, como a de Cardoso e Faletto (2004), segundo a qual, embora o pensamento da CEPAL Clássica fosse extremamente relevante para o autoconhecimento da América Latina, não teria sido capaz de elaborar uma abordagem adequada ao entendimento de questão tão complexa quanto o desenvolvimento de um país periférico. À época, observando a CEPAL, afirmaram os autores que

as condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse. (...) [Deste modo,] o fortalecimento e a modernização do Estado pareciam [ser] os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento eficaz. (Cardoso & Faletto, 2004, p. 19)

A impressão não é desinformada. A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL Clássica, marcadamente nos textos oficiais, mostrava enfaticamente a face econômica, dando azo a ilusão de que o manejo adequado das corretas variáveis econômicas pudesse levar à superação da condição periférica, tornando possível sua transformação. O problema do emprego parece ser um exemplo. Como já mencionado, para os pesquisadores da Comissão, o emprego era uma questão derivada, isto é, seguindo Keynes (1992), não haveria porque aventar que os trabalhadores detivessem poder no mercado de trabalho. A expectativa dos capitalistas é que determinaria as decisões de investimentos e, portanto, determinaria a quantidade de postos de trabalho disponíveis. No caso específico dos países subdesenvolvidos, porém, os cepalinos se aproximariam mais ainda de Kalecki (1987): *mais do que a deficiência de demanda efetiva, entre os países subdesenvolvidos o que importa é a escassez de equipamentos de capital*. Assim, dadas

²² “A Nação está na história e no imaginário. É uma realidade inquestionável, consubstanciada na sociedade civil e no Estado. Mas também é uma fabulação.(...)A nação que aparece no imaginário, não é a da história. Não está no real.”(Ianni, 1988, p. 27)

condições da América Latina, o necessário para se ampliar o emprego passava a ser a elevação significativa da quantidade de equipamentos de capital nesses países²³. Consequentemente, a industrialização se tornava prioritária. Resumindo, a ação sobre variáveis econômicas determinantes seria aparentemente suficiente para reduzir a heterogeneidade estrutural e modificar a estrutura do emprego nos países da América Latina, conduzindo, simultaneamente, à transformação destas sociedades.

Essa, todavia, é uma leitura imediata dos trabalhos da Comissão e não incorpora outras fontes importantes para a compreensão do pensamento dos seus principais pesquisadores²⁴. Na verdade, como discutido na seção anterior, o suposto determinismo econômico no pensamento da CEPAL, na interpretação de Mello (1998), ocultava, como um outro lado da mesma moeda, uma questão da maior relevância: a construção da nação. Para o professor,

(...) todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da ideia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de 'sua situação periférica'. [Ou seja,] (...) o núcleo do problema da industrialização reside na antinomia entre a plena constituição da Nação e uma certa divisão internacional do trabalho que a havia convertido em periferia (...).
(Mello, 1998, p. 20)

Em outras palavras, estava implícito que para se desenvolver era inescusável absorver a mão de obra excedente (até então, ocupada em setores de baixa produtividade), dentro de atividades capitalistas modernas. Mas, como visto, para realizar essa tarefa, dada a forma de inserção dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, a indústria tornara-se o único caminho possível, segundo a Comissão. Por quê? Porque os efeitos esperados da industrialização dos países latino-americanos eram: primeiro, superar a condição subordinada, imposta pela posição periférica dessas economias no capitalismo mundial e, portanto, a conquista da soberania e, segundo, mas não por ordem de importância, a absorção da mão de obra excedente, permitindo elevação da produtividade, da renda e redução das desigualdades sociais comuns no subcontinente. Com isto, outros dois fenômenos deveriam ter lugar: primeiro, a maior proximidade entre os estratos sociais provocaria o reconhecimento de semelhanças ao conjunto dos indivíduos (iguais em direitos, por exemplo) e, segundo, o sentido de pertencimento que, somado à crescente soberania, ensejaria o surgimento do sentimento nacional. Por conseguinte, a industrialização aparece como momento crucial da constituição da nação (Mello, 1998). Ou seja, empregar, industrializar, desenvolver e reconstruir a nação são faces (e fases) de um mesmo projeto, presente no pensamento dos pesquisadores da Comissão.

É interessante perceber, então, que a preocupação com o desenvolvimento, dentro do momento histórico vivido e da proximidade com as teses keynesianas, só poderia ser concebida através de um projeto que envolvesse a reconstrução da nação. Assim, ao falar em desenvolvimento, a CEPAL Clássica estava defendendo alterar, soberanamente, a dinâmica de reprodução daquelas sociedades periféricas, enfatizando, para tanto, a necessidade de industrialização, algo possível, segundo suas proposições, apenas com o auxílio de um Estado forte. Mas para isso, era necessário que esse Estado encarnasse o projeto de desenvolvimento como desejo geral da sociedade, afirmando suas ações como 'vontade geral da nação'. Deste modo, a ideia de desenvolvimento só aparece no horizonte do possível sustentada e sustentando um projeto de nação que difunde o lema de progresso comum e coletivo, mas que, de fato, conhece, quais serão os novos agentes basilares da sociedade a ser construída. Nesse caso, exceto pelo Estado, o principal agente era a burguesia industrial nacional, isto é, uma burguesia emancipada, capaz de guiar o futuro econômico dos países do subcontinente, direcionando-o, dentro do dinamismo próprio do capitalismo, ao crescimento e desenvolvimento cada vez

²³ Para uma crítica contundente desse ponto das teses da CEPAL Clássica, ver Tavares (1986).

²⁴ Ver, por exemplo, os livros já citados Prebisch (1964), Prebisch (1970) e o prefácio do mesmo autor para Rodríguez (1981). São também muito interessantes a esse respeito, as entrevistas dadas de Prebisch à Mateo Magariños (1991) e de Celso Furtado e Prebisch registradas por Carlos Mallorquín (1998). Outros autores clássicos da Comissão também publicaram trabalhos, após 1960, que reforçam este ponto de vista: Celso Furtado, Aníbal Pinto e José Medina Echeverría.

maiores. Em outras palavras, a CEPAL Clássica ousou criar uma ideologia de transformação social reformista através da narrativa de progresso nacional.

Tratava-se, portanto, de construir uma visão econômica do capitalismo a partir de olhos latino-americanos que deveria, por fim, armar ideologicamente a ascendente classe empresarial local para a superação da sua condição subalterna no jogo interno de cada país e para seu reposicionamento externo (Flehsig, 1991)²⁵. Nesse sentido, a crítica feita ao mecanicismo cepalino e a ausência de temas políticos não é justa e deve ser matizada. Na Comissão, os temas políticos internos estavam implícitos e vários dos seus autores tocaram a questão.

Hoje é aceito que a superação da pobreza e da desigualdade fundada diretamente na industrialização é questionável e minimiza o papel do conflito e da negociação entre as classes sociais. Mas nos anos 1950, e mesmo nos 1960, quando os cepalinos defenderam que o imperativo era superar o subdesenvolvimento através da transformação da estrutura produtiva, aproximaram-se, na verdade, de outros destacados autores da teoria do desenvolvimento e da macroeconomia heterodoxa (Amorim, 2018). Este era o “espírito do tempo”. Quando as teses da Comissão surgiram, fazendo convergir crescimento e nação, sua mensagem de desenvolvimento nacional participou do espreado sentimento que amalgamou a renovação econômica em vários países latino-americanos e os movimentos de libertação nacional ao redor do mundo. Nos dois casos, a ideia de nação trouxe à tona anseios de transformação frente ao passado e terminou por aproximar, em objetivos econômicos e desejos libertários, ideologias pouco convergentes como o nacionalismo e o marxismo²⁶ (Guibernau, 1997).

O problema é que, ao vincular vagamente país com nação, os conceitos se tornaram tão nebulosos quanto podiam ser e ocultaram o quanto a ideologia nacional é instrumento de luta política, marcadamente para consolidar e justificar o domínio de um grupo social sobre os demais (Hobsbawm, 1997). De modo mais preciso, principalmente do ponto de vista político, o discurso reformista da CEPAL, ao usar de maneira vaga a ideia de nação, não encontrou sustentação nos grupos sociais reais em conflito no subcontinente. Na América Latina, de maneira geral, as lutas de independência se sustentaram em interesses fragmentados, com visões díspares sobre o devir e terminaram liderados por oligarquias estreitamente ligadas a elementos mercantis-empresariais que, uma vez no poder, se preocupavam em manter o controle sobre a força de trabalho rural (Ianni, 1988). Logo, o nacionalismo do subcontinente se iniciou conservador, pelas classes altas, e, só depois, se difundiu pela população, compondo um mosaico de significados²⁷.

Assim, sem ruptura interna importante, a nação burguesa que surgiu na América Latina trouxe e traz, sob a camada moderna aparente, um conjunto de interesses tradicionais, alguns de herança colonial, às vezes ligados diretamente à posse da terra, que costura uma complexa ordem onde a organização social segue os princípios do mercado, mas a liberdade e os direitos se restringem aos possuidores de riqueza ou poder político²⁸.

Outros temas complexos também problematizam o uso da ideia de nação pela CEPAL Clássica. Vale chamar a atenção, por exemplo, para a questão racial manifesta na América Latina. Ali, índios, pretos, brancos, amarelos e mestiços socializam sob “(...) *condições sociais*,

²⁵ Fernando Henrique Cardoso escreveu que o grande mérito da CEPAL foi ter alcançado a originalidade na cópia. Segundo ele, “(...) *as formulações cepalinas têm óbvias raízes no pensamento econômico clássico e no neomarxismo e estão permeadas por uma linguagem keynesiana*” (Cardoso, 1993, p. 70). Nesse sentido, se a CEPAL não avançou para além dos clássicos, dois pontos merecem destaque e apontam sua originalidade: primeiro, a ousadia de transformar suas teses em políticas econômicas pró-industrialização e, segundo, os pontos de contato com as críticas de Cambridge à função de produção neoclássica.

²⁶ Naqueles anos, o pensamento marxista que pouco valorizou a questão nacional, abraçou a causa das guerras de independência tanto em função das lutas anti-imperialistas quanto pelo reconhecimento que a causa internacionalista do proletariado exigia, primeiro, a abolição da dominação externa para que se possa estabelecer a luta de classes em cada país (Guibernau, 1997).

²⁷ “*Mas o nacionalismo das diversas categorias sociais não é o mesmo. Seria equívoco imaginar que o patriotismo do militar, o protecionismo do comerciante e industrial e o anti-imperialismo de setores populares expressam o mesmo nacionalismo. São várias e diversas as Nações que estão em causa nas controvérsias nacionalistas*” (Ianni, 1988, p. 9).

²⁸ A posse da terra é um exemplo de riqueza concentrada cujas consequências geram desproporcional poder, ganho econômico e segurança nas mãos de reduzido grupo dominante nas áreas rurais latino-americanas. Para um exemplo atualíssimo, ver Torres e Brandford (2017).

culturais, econômicas e políticas que diversificam, classificam e antagonizam” (Ianni, 1988, p. 12), rascunhando castas modernas. Na realidade do subcontinente,

Há padrões e valores remanescentes da sociedade de castas, produzida pelo colonialismo e escravismo, subsistindo junto aos valores e padrões da sociedade de classes que emerge a partir do século XIX. Tanto assim que, no século XX, as sociedades nacionais continuam a mesclar o passado e o presente, a casta e a classe, o patrimonialismo e o liberalismo. (Ianni, 1988, p. 13)

Isto é, casta e classe se sobrepõem (Sáinz, 2016) e a nação, embora exiba a máscara burguesa e branca, organizada segundo a racionalidade do mercado, não reflete, na esfera econômica e política, os conflitos sociais que justapõe a lógica capitalista e a lógica hereditária, ambas fruto da trajetória histórica das sociedades e de sua diversidade econômica e étnica.

Há ainda outra crítica fundamental. A CEPAL Clássica, marcadamente nos anos 1960, estava ciente, ao propor a reconstrução da nação por meio da industrialização e da constituição de uma solidariedade nacional, das resistências que o projeto sofreria por parte dos grupos dominantes a época. Afinal, a vida econômica e o poder não eram incipientes e os grupos sociais mais fortes já extraíam da realidade social todo o capital, poder e privilégio que poderiam obter naquele momento histórico. Diante disso, a Comissão propôs transformar a realidade, preconizando o crescimento e a modernização econômica, sustentada na ideia de progresso nacional, coletivo. Mas esse esforço conduziu a um problema interpretativo grave e descrito pela primeira vez pelo Prof. Francisco de Oliveira. Foi Oliveira, já em 1972, quem afirmou que o discurso cepalino teria impedido a formação de uma teoria sobre o capitalismo em um país pobre. Segundo ele, ao falar em desenvolvimento nacional, a CEPAL ‘ideologizou’ o debate ao excluir da disputa perguntas fundamentais como “*a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?*”. Nas palavras do professor,

com seus estereótipos de desenvolvimento ‘auto-sustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’, que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia do chamado período populista. (Oliveira, 2003, p. 219)

A discussão evidência, então, que as teses da CEPAL Clássica, fruto de um momento impar na história do capitalismo e da América Latina, possuíam caráter reformista, próximo do que Candido (1990) chamou, para o Brasil, de radical. Para Candido (1990, p. 4. Grifo nosso):

*“Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele [o pensamento radical] não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. De fato, o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador. É fácil ver isso observando que ele **pensa os problemas na escala da nação, como um todo, preconizando soluções para a nação, como um todo. Deste modo, passa por cima do antagonismo entre as classes; ou por outra, não localiza devidamente os interesses próprios das classes subalternas, e assim não vê a realidade à luz da tensão entre essas classes e as dominantes. O resultado é que tende com frequência à harmonização e à conciliação, não às soluções revolucionárias.**”*

É possível defender a CEPAL Clássica, afirmando que, ao usar o substantivo país para referenciar seu discurso transformador, a Comissão utilizava um conceito com a amplitude máxima sobre quem compunha a nação, isto é, todos que habitavam o território nacional. O problema, contudo, não está em abranger todos, mas atenuar, até perder sentido, os conflitos sociais, marcadamente os de classe em sua teoria do subdesenvolvimento. É por isso que, para

alguns estudiosos, a CEPAL Clássica criou uma concepção particular do keynesianismo, a partir da posição latino-americana na história e na divisão internacional do trabalho (Cardoso, 1993)²⁹.

Outras críticas foram feitas ao complexo edifício intelectual cepalino clássico³⁰. Poucos, no entanto, observaram o sentido profundo dos escritos da Comissão: reconstruir os países do subcontinente através do desenvolvimento nacional. E, geralmente, não eram economistas.

6. Comentários finais

A importância da CEPAL Clássica para o pensamento econômico latino-americano, até a década de 1970, é inegável. Seus técnicos assessoraram governos, influenciaram gerações de economistas e criaram um pensamento próprio sobre os problemas dos países do subcontinente. É irrecorrível, portanto, conhecer suas teses e, mais ainda, ter claro que a Comissão é fruto de um momento mundial que deu causa ao surgimento da moderna teoria do desenvolvimento.

Na América Latina, os Estados nacionais que se criaram, após a independência, longe de significar mudanças internas, implicaram a continuidade, no poder, dos grupos dominantes tradicionais interessados no controle sobre a mão de obra rural. Logo, as nações latino-americanas nasceram sob o interesse oligárquico, apesar do discurso liberal utilizado à época. Desde lá, a prevalência das “ideias fora do lugar” e o desejo de superar as relações sociais de produção espoliativas colocaram em pauta a recorrente luta pela reconstrução da nação. Assim, quando em meados do século XX emergiram as preocupações modernas com o desenvolvimento e a CEPAL propôs o caminho da industrialização para superar a vulnerabilidade do subdesenvolvimento, a intenção era romper com o passado e criar o novo, defendendo teses a partir de um discurso cuja sustentação pré-analítica se situava na ideia de nação.

Esse discurso, se, por um lado, pode ser entendido como um avanço, ao mesmo tempo, mostrou fragilidade. Avanço porque a CEPAL Clássica criou uma narrativa econômica transformadora das sociedades latino-americanas, tendo, por pano de fundo, a modernização dos países/nações. O resultado foi que, pela primeira vez, uma teoria econômica latino-americana foi capaz de empolgar parcela significativa de nacionais em defesa do horizonte de progresso e de soberania. Por outro lado, sujeitou a teoria a críticas quando tratou a nação (país) como uma e o Estado de maneira *ad hoc*, dissimulando os conflitos sociais.

Em seu esforço, a CEPAL Clássica, como a maioria dos pioneiros da teoria do desenvolvimento, enxergou a necessidade da industrialização para superar a pobreza dos países subdesenvolvidos. A tradicional posição subordinada das nações periféricas na divisão internacional do trabalho para ser alterada, contudo, demandava a atuação de uma organização forte o suficiente para redirecionar o uso do excedente econômico. No caso, em favor da transformação da estrutura produtiva. Os conflitos oriundos de mudanças dessa monta são grandes e, portanto, determinado grau de legitimidade precisava ser alcançado. Diante disso, só Estado poderia encarnar esse projeto e concebê-lo como “vontade geral da nação”.

Se a Comissão, ao desbotar a luta de classes dificultou o entendimento dos reais conflitos vividos internamente nos países latino-americanos, suas teses devem ser analisadas à luz do seu momento histórico, inclusive da história do pensamento econômico. Seus economistas que, nos anos 1950, desprezaram as implicações da concentração da riqueza sobre o desenvolvimento, logo perceberam esta insuficiência e passaram a defender a necessidade de redução das desigualdades sociais. Por isso, um dos maiores méritos da CEPAL surge da sua capacidade de aprender com os fatos da América Latina, evitando defender a teoria em detrimento da realidade.

7. Bibliografia

Amorim, R. L. C. (2018). *Evolução da teoria do desenvolvimento no mainstream: Uma breve resenha*. [Relatório de Pesquisa nº 1/2018]. CES/Universidade de Coimbra.

²⁹ Fonseca (1998) escreveu uma crítica precisa a esse ponto de vista.

³⁰ Para uma discussão sobre as várias críticas feitas ao pensamento cepalino, ver, por exemplo, Assael (1984), Rodriguez (1981), Mello (1998) e Oliveira (2003).

- Anderson, B. R. O. (2011). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Arndt, H. W. (1989). *Economic development: The history of an idea*. Univ. of Chicago Press.
- Assael, H. (1984). El Pensamiento de la CEPAL: un intento de evaluar algunas críticas a sus ideas principales. *El Trimestre Económico*, *LI* (3)(203), 545–558.
- Bianchi, A., & Salviano, C. (1996). Prebisch, a CEPAL e seu Discurso: Um Exercício de Análise Retórica. In P. Arida & J. M. Rego (Orgs.), *Retórica na economia*. Ed. 34.
- Bielschowsky, R. (Org.). (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Vol. 1*. Ed. Record.
- Candido, A. (1990). Radicalismos. *Estudos Avançados*, *4*(8), 4–18.
- Cardoso, F. (1993). *As idéias e seu lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Vozes.
- Cardoso, F., & Faletto, E. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica* (8a. ed. rev). Civilização Brasileira.
- CEPAL. (1970). As Mudanças Estruturais do Emprego no Desenvolvimento Econômico da América Latina. In F. Sá Junior (Org.), *Subemprego, problema estrutural* (1º ed). Vozes.
- Evans, P. B. (1979). *Dependent development: The alliance of multinational, state, and local capital in Brazil*. Princeton Univ. Press.
- Flechsigg, S. (1991). Em Memória de Raul Prebisch (1901-1986). *Revista de Economia Política*, *11*(1), 92–107.
- Fonseca, P. (1998). As Origens do Pensamento Cepalino e a Influência de Keynes. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, *1*(2), 72–95.
- Furtado, C. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1º ed). Paz e Terra.
- Furtado, C. (1985). *A fantasia organizada* (Univ-Fichas; 1º ed, Vol. 1). Paz e Terra.
- Furtado, C. (2000). *Formação econômica do Brasil*. Nacional/Publifolha.
- Guibernau, M. (1997). *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Zahar.
- Hobsbawm, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX; 1914-91* (2.ed). Cia das Letras.
- Hobsbawm, E. (1997). *Nações e Nacionalismo desde 1870: Programa, realidade e mito* (1º ed). Cia das Letras.
- Ianni, O. (1988). A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*, *2*(1), 5–40. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000100003>
- Kalecki, M. (1987). *Economias em Desenvolvimento* (1º ed). Vértice.
- Keynes, J. (1992). *Teoría General de la Ocupación, el Interés y el Dinero*. Fondo de Cultura Económica.
- Magariños, M. (1991). *Diálogos con Raúl Prebisch* (1. ed). Banco Nacional de Comercio Exterior : Fondo de Cultura Económica.
- Mallorquín, C. (1998). *Ideas e historia en torno al pensamiento económico latinoamericano* (1. ed). Plaza y Valdés.
- Mattoso, J. (1995). *A desordem do trabalho* (1a. ed). Scritta.
- Mello, J. (1998). *O capitalismo tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira* (10. ed). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- Merhav, M. (1987). *Dependência Tecnológica: Monopólio e Crescimento* (1º ed). Vértice.
- Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco* (1a. ed). Boitempo Editorial.
- Pinto, A. (1965). Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano. *El Trimestre Económico*, *32*(125(1)), 3–69.
- Pinto, A. (1970). Naturaleza y implicaciones de la “heterogeneidad estructural” de la América Latina. *El Trimestre Económico*, *37*(145(1)), 83–100.
- Pinto, A. (1973). *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento* (1º ed, Vol. 1). Zahar Editores.
- Prebisch, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, *3*(3), 47–111.

- Prebisch, R. (1951). Interpretação do processo de desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, 5(1), 7–135.
- Prebisch, R. (1964). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano* (1º ed, Vol. 1). Editora Fundo de Cultura.
- Prebisch, R. (1970). *Transformacion y Desarrollo* (1º ed). Fondo de Cultura Económica.
- Prebisch, R. (1981). Prefácio. In O. Rodríguez, *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL* (1º ed, Vol. 1). Forense Universitária.
- Rodríguez, O. (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL* (1º ed). Forense Universitária.
- Rodríguez, O. (2009). *O estruturalismo Latino-Americano*. Civilização Brasileira : Cepal.
- Sáinz, J. P. P. (2016). *Una historia de la desigualdad en América Latina: La barbarie de los mercados, desde el siglo XIX hasta hoy* (1º ed). Siglo XXI.
- Tavares, M. C. (1986). *Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardios y Periféricos* (1º ed, Vol. 1). IEI-UFRJ.
- Torres, M., & Brandford, S. (2017). *Amazônia sem lei: Grileiros comandam avanço da fronteira agropecuária sobre a floresta* [Notícias]. The Intercept Brasil. <https://theintercept.com/2017/04/24/grileiros-comandam-avanco-da-fronteira-agropecuaria-sobre-a-floresta/>
- Wee, H. van der. (1986). *Prosperity and upheaval: The world economy, 1945-1980*. University of California Press.
- Zamagni, V. (2011). *Historia económica de la Europa contemporánea: De la revolución industrial a la integración europea*. Crítica.